



MOÇÃO DE DESAGRAVO

A Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, reunida em sua sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2016, vem manifestar seu desagravo em face da interrupção da Aula Magna dos Cursos, para a qual foi convidado o Professor José de Souza Martins, Professor Emérito desta Unidade.

Os fatos são conhecidos. A exposição do tema "O homem simples no desenvolvimento das ciências humanas na Faculdade de Filosofia" encontrava-se em seu início quando o Auditório da História foi invadido por um grupo de pessoas, procedentes de distintas Unidades, identificado como pertencentes ao coletivo "Ocupação Preta", reivindicando, entre suas pautas, cotas raciais. Embora a Direção tenha respeitado o direito de manifestação e fala e conquanto o conferencista tenha se proposto a entabular diálogo, inclusive com o convite para que os manifestantes assistissem à Aula, não houve condições para a retomada da sessão, razão pela qual foi determinado o seu encerramento.

Todos sabemos que vivemos um momento crítico no país, que atinge duramente as Universidades públicas para as quais a forma indiscutivelmente legítima de resistência é manter acesas suas chamas representadas pelas atividades de ensino, pesquisa e cultura e extensão. A Aula Magna de uma Faculdade é um de seus momentos nobres. Em um mesmo movimento, entrelaça o que há de mais expressivo nos saberes produzidos em seu interior e o concurso de docentes, discentes, funcionários e público em geral, reativando anualmente o ritual que celebra a força e a razão de ser de nossa existência.

A interrupção violenta da Aula Magna da Faculdade não apenas alcança e ofende o Professor José de Souza Martins, mas todos nós que comungamos dos mesmos ideais de liberdade, equidade, tolerância, respeito às diferenças, abertura ao diálogo, busca de consenso em meio às diferenças, aprendizado compartilhado entre docentes e discentes, reconhecimento da dignidade do outro independentemente de clivagens socioeconômicas ou étnico-raciais, equilíbrio entre senso de justiça e as leis que regem nossa convivência na sociedade inclusiva. Aceitar sob ameaça e coerção a imposição de



Diretoria

demandas sociais – por mais justas que sejam – é trair nossos desígnios e recusar nossa história.

Nossas lutas precisam ser lastreadas em uma aliança entre sabedoria, ponderação política, exercício da crítica e da autocrítica, qualidades curtidas em 80 anos de estudos nos mais diferentes campos das Humanidades. Não podemos abdicar desses valores.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016.